

# Segurança Computacional

Modelos de controle de acesso

Prof. Carlos Maziero

DInf UFPR, Curitiba PR

Setembro de 2019



## Conteúdo

- 1 Conceitos básicos
- Políticas, modelos e mecanismos
- 3 Políticas discricionárias
- 4 Políticas obrigatórias
- 5 Políticas baseadas em domínios
- 6 Políticas baseadas em papéis
- 7 Controle de uso
- 8 Outros modelos relevantes



## Conceitos básicos



## Controle de acesso

## Definição

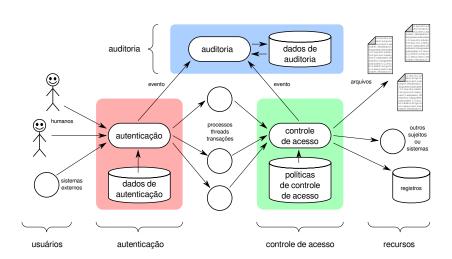
Mediar cada solicitação de acesso de um usuário autenticado a um recurso do sistema, para determinar ela deve ser autorizada ou negada

Em outras palavras:

Decidir quem pode acessar que recursos e como



#### Controle de acesso





# Terminologia

#### Sujeito:

- Entidade que executa ações no sistema
- Processos, threads, transações
- Representa um usuário (humano ou outro sistema)

#### Objeto:

- Sofre os acessos dos sujeitos
- Arquivos, áreas de memória, registros, ...
- Geralmente são associados aos recursos



# Terminologia

#### Acesso:

- Ação realizada por um sujeito sobre um objeto
- Leitura de um arquivo por um processo
- Envio de pacote de rede através de uma porta UDP
- Execução de um programa

#### Autorização:

- Permissão para um sujeito acessar um objeto
- Pode ser positiva (permitir a ação) ou negativa (negá-la)



# Terminologia

Sujeitos e objetos possuem *atributos*:

- Sujeito: nome, idade, ID, grupo, ...
- **Objeto**: tipo, localização, valor, ...

Sujeitos e objetos podem ser organizados em para facilitar a gerência:

- **Grupos**: aluno BCC, aluno IBM, aluno Matemática, ...
- Hierarquias: soldado < cabo < sargento < tenente

Um sujeito pode ser visto como objeto por outro sujeito (exemplo: um sujeito envia uma mensagem a outro)



# Políticas, modelos e mecanismos



## Políticas, modelos e mecanismos

#### Política de controle de acesso

Visão abstrata das possibilidades de acesso objetos pelos sujeitos, definida por regras informais

#### Modelo de controle de acesso

Representação lógica ou matemática de uma política, que facilita sua implementação e permite a análise de erros

#### Mecanismo de controle de acesso

Estruturas necessárias à implementação de um modelo em um sistema real



## Política de controle de acesso

Exemplo: política de um sistema de informações médicas:

- Médicos podem **consultar** os prontuários de seus pacientes;
- Médicos podem **modificar** os prontuários de seus pacientes enquanto estes estiverem internados;
- O supervisor geral pode consultar os prontuários de **todos** os pacientes;
- Enfermeiros **só podem consultar** os prontuários dos pacientes de sua seção e somente durante seu período de turno;
- Prontuários de pacientes de planos de saúde privados podem ser consultados pelo respectivo responsável no hospital;
- Pacientes podem consultar seus próprios prontuários (aceitar no máximo 30 pacientes simultâneos)



# Construção de políticas

As regras ou definições individuais de uma política são denominadas **autorizações** 

As autorizações podem ser baseadas em **identidades** (como sujeitos e objetos) ou em **outros atributos** (como idade, sexo, tipo, preço, etc)

As autorizações podem ser **individuais** (a sujeitos ou objetos) ou **coletivas** (a grupos)

Podem existir autorizações **positivas** (permitindo o acesso) ou **negativas** (negando o acesso)

Uma política pode ter autorizações dependentes de **condições externas** (como o tempo ou a carga do sistema)

Também deve ser definida uma **política administrativa**, que define quem pode modificar/gerenciar as políticas vigentes no 12/66



# Classes de políticas

O conjunto de autorizações de uma política deve:

- Ser **completo**: cobrir todas as possibilidades de acesso
- Ser **consistente**: sem regras conflitantes entre si
- Respeitar o princípio do privilégio mínimo: um usuário nunca deve receber mais autorizações que aquelas que necessita

A construção e validação de políticas pode ser muito complexa



## Modelo de controle de acesso.

#### Representação lógica / matemática de uma política

- Sistematiza as regras e facilita a implementação
- Permite a análise e identificação de erros e conflitos

#### Um modelo é composto de:

- Expressões lógicas sobre os atributos do sujeito e objeto
- Condições externas (horário, carga no sistema, etc)

Modelos são implementados por mecanismos



# Classes de políticas

Políticas discricionárias

Políticas obrigatórias

Políticas baseadas em domínios

Políticas baseadas em papéis



## Políticas discricionárias



## Políticas discricionárias (DAC)

**DAC**: Discretionary Access Control

Permissões atribuídas de forma discricionária

Usa regras do tipo  $\langle s, o, a \rangle$ :

- O sujeito "s" pode executar a ação "a" sobre o objeto "o"
- Autorização positiva:  $\langle s, o, +a \rangle$
- Autorização negativa:  $\langle s, o, -a \rangle$

#### **Exemplos:**

- Bob pode ler e escrever arquivos em /home/Bob
- O grupo admin pode ler arquivos em /suporte



Modelo matemático baseado em uma matriz

Conveniente para representar políticas discricionárias

Matriz de autorizações:

- Linhas correspondem aos sujeitos do sistema
- Colunas correspondem aos objetos
- Células correspondem às autorizações



Um conjunto de sujeitos  $\mathbb{S} = \{s_1, s_2, \dots, s_m\}$ 

Um conjunto de objetos  $\mathbb{O} = \{o_1, o_2, \dots, o_n\}$ 

Um conjunto de ações sobre os objetos  $\mathbb{A} = \{a_1, a_2, \dots, a_p\}$ 

$$\forall s_i \in \mathbb{S} \quad \forall o_i \in \mathbb{O} \quad M_{ij} \subseteq \mathbb{A}$$

Cada elemento  $M_{ii}$  da matriz M é um sub-conjunto das ações possíveis A, que define as ações que o sujeito  $s_i \in \mathbb{S}$  pode efetuar sobre o objeto  $o_i \in \mathbb{O}$ 



 $\mathbb{S} = \{Alice, Bob, Carol, David\},\$   $\mathbb{O} = \{file_1, file_2, program_1, socket_1\}$ e  $\mathbb{A} = \{read, write, execute, remove\}$ 

	file <sub>1</sub>	file <sub>2</sub>	program <sub>1</sub>	socket <sub>1</sub>
Alice	read	read	execute	write
	write	write		
	remove			
Bob	read	read	read	
	write	write		
		remove		
Carol		read	execute	read
				write
David	read	append	read	read
				append



## Política Administrativa

P: Quem pode modificar as regras de controle de acesso?

R: Precisamos de regras de controle de acesso para isso!

#### Possibilidades:

- Um administrador define as políticas
- Definir um proprietário para cada objeto
- Definir regras de acesso a *M* (*M* é um objeto)

A noção de "proprietário" de um objeto é frequente, mas **não é necessária** em políticas DAC



## Matriz administrativa

	file <sub>1</sub>	$file_2$	program <sub>1</sub>	socket <sub>1</sub>
Alice	read	read	execute	write
	write	write		
	remove			
	owner			
Bob	read	read	read	
	write	write	owner	
		remove		
		owner		
Carol		read	execute	read
				write
David	read	append	read	read
				owner



#### Modelo conceitual inadequado para implementação

- Muitos sujeitos e objetos = muito espaço
- Localidade de referências: matriz esparsa

#### Simplificações implementáveis:

- Tabelas de autorizações
- Listas de controle de acesso
- Listas de capacidades



# Tabela de autorizações

## Abordagem frequente em sistemas de bancos de dados (DBMS)

Sujeito	Objeto	Ação
Alice	file <sub>1</sub>	read
Alice	file <sub>1</sub>	write
Alice	file <sub>1</sub>	remove
Alice	file <sub>1</sub>	owner
Alice	file <sub>2</sub>	read
Alice	file <sub>2</sub>	write
Alice	program <sub>1</sub>	execute
Alice	socket <sub>1</sub>	write
Bob	file <sub>1</sub>	read
Bob	file <sub>1</sub>	write
Bob	file <sub>2</sub>	read
Bob	file <sub>2</sub>	write
Bob	file <sub>2</sub>	remove

Sujeito	Objeto	Ação	
Bob	file <sub>2</sub>	owner	
Bob	program <sub>1</sub>	read	
Bob	socket <sub>1</sub>	owner	
Carol	file <sub>2</sub>	read	
Carol	program <sub>1</sub>	execute	
Carol	socket <sub>1</sub>	read	
Carol	socket <sub>1</sub>	write	
David	file <sub>1</sub>	read	
David	file <sub>2</sub>	write	
David	program <sub>1</sub>	read	
David	socket <sub>1</sub>	read	
David	socket <sub>1</sub>	write	
David	socket <sub>1</sub>	owner	



#### Listas de controle de acesso

ACL: Lista de quem pode acessar um objeto:

- A cada objeto é associada uma ACL
- A ACL indica **os sujeitos** que podem acessar o objeto
- Para cada sujeito são definidas permissões

A ACL de um objeto é a **coluna** dele na matriz M

Implementação muito usada, simples de implementar e robusta



## Listas de controle de acesso

```
ACL(file_1) = \{ Alice : (read, write, remove, owner), \}
                        Bob: (read, write), David: (read) }
     ACL(file_2) = \{ Alice : (read, write), \}
                        Bob: (read, write, remove, owner),
                        Carol: (read), David: (write) }
ACL(program_1) = \{ Alice : (execute), \}
                        Bob: (read, owner),
                        Carol: (execute), David: (read) }
  ACL(socket_1) = \{ Alice : (write), Carol : (read, write), \}
                        David: (read, write, owner) }
```



# Listas de capacidades

#### CL - Capability List:

- Lista de objetos que um sujeito pode acessar
- Essa lista corresponde a uma linha da matriz de acesso
- Pode ser vista como uma ficha ou *token* de acesso

#### Problemas:

- dificuldade de implementação (garantia de integridade)
- como modificar uma lista de capacidades já outorgada?
- como retirar uma permissão concedida a um sujeito?

#### Exemplo de capability: certificado digital



# Listas de capacidades

```
CL(Alice) = \{ file_1 : (read, write, remove, owner), \}
                      file<sub>2</sub>: (read, write),
                       program<sub>1</sub>: (execute), socket<sub>1</sub>: (write) }
  CL(Bob) = \{ file_1 : (read, write), \}
                      file<sub>2</sub>: (read, write, remove, owner),
                       program<sub>1</sub>: (read, owner) }
CL(Carol) = \{ file_2 : (read), program_1 : (execute), \}
                       socket<sub>1</sub>: (read, write) }
CL(David) = \{ file_1 : (read), file_2 : (write), \}
                       program_1 : (read),
                       socket<sub>1</sub> : (read, write, owner) }
```



# Políticas obrigatórias



# Políticas Obrigatórias (MAC)

**MAC**: Mandatory Access Control

Controle definido por regras globais incontornáveis:

- não dependem das identidades dos sujeitos e objetos
- não dependem da vontade de seus proprietários
- não dependem do administrador do sistema

Regras baseadas em atributos dos sujeitos e/ou dos objetos:

- Cheques acima de R\$ 8.000,00 não podem ser descontados
- Clientes com renda acima de R\$5.000,00 não têm crédito consignado



## Políticas Multi-nível

#### Abordagem MAC usual:

- Políticas multi-nível (MLS Multi-Level Security)
- Classifica sujeitos e objetos em *níveis de segurança* S

Exemplo: níveis de confidencialidade de um documento:

■ TS: Top Secret

■ *S*: *Secret* 

■ C: Confidential

R: Restrict

■ *U*: *Unclassified* / *Public* 



#### Políticas Multi-nível

Considera-se que os níveis de segurança estão ordenados:

$$\mathbb{S}$$
:  $U < R < C < S < TS$ 

Níveis são associados às entidades do sistema:

- $h(s_i) \in \mathbb{S}$ : habilitação do sujeito  $s_i$
- $c(o_i) \in \mathbb{S}$ : classificação do objeto  $o_i$

As regras são construídas usando habilitações e classificações



# Modelo de Bell-LaPadula (BLP)

Proposto em 1973 pela MITRE Corp para o US DoD

Protege a **confidencialidade** de dados

Consiste de duas regras e um princípio:

- regra *No-Read-Up* (propriedade simples)
- regra *No-Write-Down* (propriedade ★)
- princípio da tranquilidade (níveis estáveis)

O modelo BLP complementa um modelo DAC subsequente



## Modelo de Bell-LaPadula

#### Regra *No-Read-Up* (propriedade simples):

- Um sujeito não pode ler objetos em níveis de segurança acima do seu
- Evita que um sujeito não-habilitado acesse informação indevida
- Exemplo: um sujeito habilitado como confidencial só pode ler objetos com classificação confidencial, reservada ou pública



## Modelo de Bell-LaPadula

#### Regra *No-Write-Down* (propriedade $\star$ ):

- Um sujeito não pode escrever em objetos abaixo de seu nível de segurança
- Evita que um sujeito habilitado "vaze" informação
- Exemplo: Um sujeito habilitado como confidencial só pode escrever em objetos com classificação confidencial, secreta ou ultrassecreta



## Modelo de Bell-LaPadula

#### Princípio da tranquilidade:

- Forte: os níveis de segurança não variam durante a operação
- Fraca: os níveis de segurança não variam durante um acesso



### Modelo de Bell-LaPadula

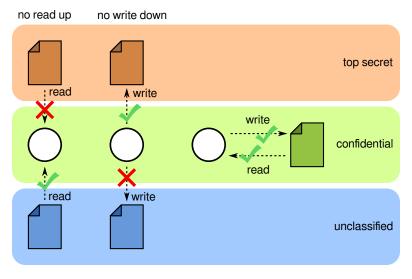
$$\mathbb{S} = \{ U < R < C < S < TS \}$$
  
$$\forall s_i, h(s_i) \in \mathbb{S}, \ \forall o_j, c(o_j) \in \mathbb{S}$$

$$request(s, o, read) \iff h(s) \ge c(o)$$

$$request(s, o, write) \iff h(s) \le c(o)$$



## Modelo de Bell-LaPadula





Proposto por Kenneth Biba em 1975 (Mitre Corp, USA)

Dual do BLP, protege a **integridade** dos dados

Consiste de duas regras e um princípio:

- regra *No-Write-Up* (propriedade simples de integridade)
- regra No-Read-Down (propriedade ★ de integridade)
- princípio da tranquilidade (níveis estáveis)

Complementa um modelo DAC subsequente



Considerar os níveis de integridade:

$$I = \{B < M < A < S\}$$
 (baixa, média, alta e sistema)

Regra *No-Write-Up* (propriedade simples de integridade):

- Um sujeito não pode escrever em objetos acima de seu nível de integridade
- Preserva a integridade de objetos críticos
- Exemplo: um sujeito de integridade média (M) somente pode escrever em objetos de integridade baixa (B) ou média (M)



Regra *No-Read-Down* (propriedade ★ de integridade):

- Um sujeito não pode ler objetos em níveis de integridade abaixo do seu
- Evita o risco de ler informação duvidosa
- Exemplo: um sujeito com integridade alta (*A*) somente pode ler objetos com integridade alta (*A*) ou de sistema (*S*)

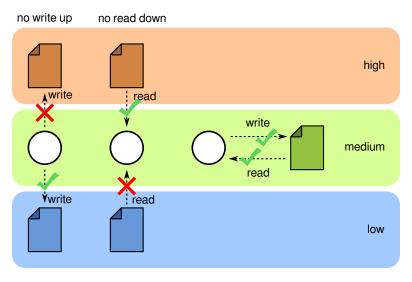


$$\mathbb{I} = \{B, M, A, S\}, B < M < A < S$$
$$\forall s_i, i(s_i) \in \mathbb{I}, \ \forall o_j, i(o_j) \in \mathbb{I}$$

$$request(s, o, write) \iff i(s) \ge i(o)$$

$$request(s, o, read) \iff i(s) \le i(o)$$







# Categorias em BLP e Biba

### Uma categoria:

- define uma área funcional dentro do sistema:
  - "pessoal", "projetos", "financeiro", "suporte", etc
- O conjunto de categorias é estático
- Não há uma ordem hierárquica entre categorias

Categorias permitem separar os objetos em áreas de interesse



# Uso das categorias

Cada sujeito e objeto é rotulado com uma ou mais categorias

Um sujeito somente acessa objetos pertencentes às mesmas categorias dele, ou a um sub-conjunto destas

Exemplo: um sujeito com categorias {suporte, financeiro} só acessa objetos rotulados como:

- {suporte, financeiro}
- {suporte}
- {financeiro}
- **■** {*φ*}

Formalmente:  $acesso(s, o) \iff cat(s) \supseteq cat(o)$ 



# Políticas baseadas em domínios



## Políticas baseadas em domínios

#### Domínio de segurança:

- Conjunto de objetos que um sujeito pode acessar
- Geralmente está implícito nas regras das políticas

#### Políticas baseadas em domínios:

- Definição explícita de domínios de segurança
- Cada sujeito *s* é associado a um domínio *domain*(*s*)
- Cada objeto *o* é associado a um tipo *type*(*o*)



### Modelo DTE

DTE - Domain and Type Enforcement

Permissões *sujeito* → *objeto* :

- Definidas em uma tabela global DDT
- DDT *Domain Definition Table*
- Linhas associadas a domínios, colunas a tipos
- DDT[x, y]: permissões de sujeitos em  $D_x$  a objetos em  $T_y$

 $reg(s, o, action) \iff action \in DDT[domain(s), type(o)]$ 



### Modelo DTE

#### Interações entre sujeitos:

- Trocas de mensagens, sinais, mudanças de domínio, etc
- DIT Domain Interaction Table
- Linhas e colunas correspondem a domínios
- DIT[x, y]: interações possíveis entre sujeitos em  $D_x$  e  $D_y$ :

$$req(s_i, s_j, int) \iff int \in DIT[domain(s_i), domain(s_j)]$$

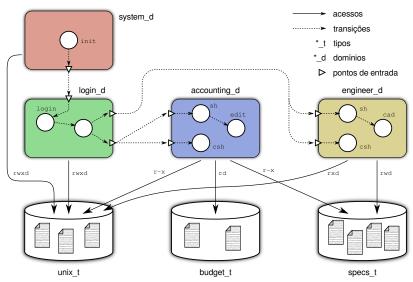


# Exemplo de política DTE

```
type unix_t, /* normal UNIX files, programs, etc. */
        specs_t, /* engineering specifications */
2
        budget_t, /* budget projections */
3
        rates t: /* labor rates */
4
5
   #define DEFAULT (/bin/sh), (/bin/csh), (rxd->unix_t) /* macro */
6
7
   domain engineer_d = DEFAULT, (rwd->specs_t);
   domain project_d
                      = DEFAULT, (rwd->budget_t), (rd->rates_t);
   domain accounting_d = DEFAULT, (rd->budget_t), (rwd->rates_t);
10
   domain system_d
                      = (/etc/init), (rwxd->unix_t), (auto->login_d);
11
   domain login_d
                      = (/bin/login). (rwxd->unix t).
12
                        (exec-> engineer_d, project_d, accounting_d);
13
14
   initial_domain system_d; /* system starts in this domain */
15
16
                               /* default for all files */
   assign -r unix t
                        /:
17
   assign -r specs_t /projects/specs;
18
   assign -r budget_t /projects/budget;
19
   assign -r rates_t /projects/rates;
20
```



# Exemplo de política DTE





# Políticas baseadas em papéis



# Políticas baseadas em papéis

### Administração de políticas é um grande problema:

- Políticas MAC são consideradas pouco flexíveis
- Políticas DAC acabam sendo muito mais usadas
- Gerenciar autorizações em um ambiente dinâmico:
  - usuários mudam de cargo
  - usuários assumem novas responsabilidades
  - usuários entram e saem da empresa
- Erros podem ocorrer!



## RBAC - Role-Based Access Control

Define um conjunto de papéis no sistema

"diretor", "gerente", "suporte", "programador"

Atribui a cada papel um conjunto de autorizações

Autorizações atribuídas por MAC ou DAC

Atribui a cada usuário um ou mais papéis

O usuário ativa seus papéis conforme necessário



## RBAC - Role-Based Access Control

### Vantagens:

- Permite desacoplar os usuários das permissões
- Um conjunto de papéis bem definido é estável
- A gerência apenas atribui os papéis aos usuários

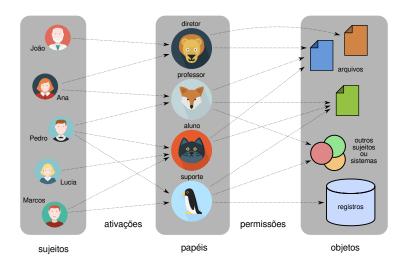
### Exemplos de uso:

- Docker UCP (Universal Control Plane)
- Azure Resource Manager
- Moodle

Proposto pelo NIST em 1992, virou padrão em 2004



# Políticas baseadas em papéis





### Variantes de RBAC

### RBAC hierárquico:

- Os papéis são classificados em uma hierarquia
- Papéis superiores herdam permissões dos papéis inferiores

#### RBAC com restrições:

- Restrições à ativação de papéis pelos usuários
- Número de usuários que podem ativar um mesmo papel simultaneamente
- Papéis conflitantes não podem ser ativados ao mesmo tempo



# Controle de uso



### Controle de uso

#### Controle de acesso convencional:

Dar autorizações para sujeitos acessarem objetos

Essa forma de concessão de autorização geralmente é estática:

- decidida antes do acesso
- não é revogada enquanto durar o acesso

#### Problemas:

- Pouco flexível para aplicações modernas: streaming, DRM
- Proliferação de soluções de controle de acesso *ad hoc*



#### Modelo:

- UCON: Usage CONtrol
- a-b-c: Authorizations, oBligations, and Conditions

### Principais características:

- Framework formal consistente
- Avaliação contínua dos direitos
- Mutabilidade de atributos



### A – Autorizações:

- Regras de acesso convencionais, permitem/negam acessos
- Dependem dos atributos do sujeito e do objeto

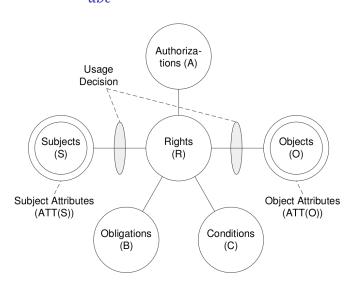
### B – oBrigações:

- Ações do sujeito para permitir ou manter o acesso
- Ex: Aceitar uma EULA; manter uma janela de ads aberta

### C – Condições:

- Condições externas (ambientais ou do sistema)
- Exemplos: horário do dia, carga no sistema







#### Atributos do sujeito:

- Identidade
- Papéis ativos
- Nível de segurança
- Crédito disponível
- Lista de capacidades

### Atributos do objeto:

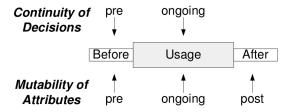
- ID dos proprietários
- Caminho (file path)
- Rótulos de segurança
- Lista de controle de acesso



#### Atributos são mutáveis:

- em consequência de regras de acesso avaliadas
- podem revogar acessos em andamento
- Exemplos: número de usuários usando um objeto, créditos de um usuário

Momentos de avaliação de regras e mudança de atributos:





# Outros modelos relevantes



## Outros modelos de controle de acesso

- ABAC Attributed-based Access Control (atributos e álgebra booleana)
- Chinese Wall ou Brewer & Nash (usado na área de finanças para gestão de conflitos de interesse)
- Clark-Wilson (controle de integridade)
- Graham-Denning (criação/deleção segura de sujeitos e objetos)
- Take-Grant (controle de acesso por delegação)
- Low Watermark (controle de integridade)
- Lipner Integrity (controle de integridade)
- ... (dezenas de outros)